



O PROCESSO DE LUTO NO SÉCULO XIX. HISTÓRIA E MEMÓRIA NA LITERATURA, NOS JORNAIS E EPÍGRAFES TUMULARES DE SALVADOR-BA.

Cibele de Mattos Mendes¹

Resumo: *Constitui objeto desta investigação, o processo de luto do séc. XIX, vivido na cidade de Salvador-BA; expresso em textos literários, jornalísticos e tumulares, que refletem as práticas, representações e interpretações de morte, possibilitando olhares multifacetados da formação de um imaginário coletivo perpetuado por símbolos, formas, dimensões e temas fúnebres.*

Palavras-chave: Luto; Textos; Mentalidade.

Tratar da finitude da vida, no século XIX é um universo muito conflituoso, pois em meio às discussões das autoridades com a ameaça dos mortos à saúde dos vivos, recomendava-se de que se parassem os enterros nas igrejas, pois eram considerados insalubres. Os costumes e tradições são então modificados pelas Leis, que incidem diretamente sobre as atitudes, práticas e representações coletivas.

Muitas foram as Leis que regulamentaram essas práticas, mas a primeira lei colonial que combatia todo tipo de enterramento dentro dos limites urbanos foi a Carta Régia nº 18, de 14 de janeiro de 1801 (baseada no *Opúsculo sobre os prejuízos causados pelas sepulturas dos cadáveres no templo*, publicado pelo brasileiro Vicente Coelho Seabra Silva Telles, professor da Universidade de Coimbra). Seus estudos causaram ampla influência sobre a política metropolitana de saúde pública e suas idéias passaram a ser debatidas no meio acadêmico, que bem assimilou a teoria dos miasmas, no entanto não foi posta em prática.

O movimento de medicalização estendeu-se por muitos anos, e cada Estado do Nordeste exerceu a sua forma, campanhas contra enterros nas igrejas, possuindo adeptos até no clero e inimigos entre as irmandades, que eram as responsáveis pelos funerais.

Justifica-se esta pesquisa pela necessidade de trazer a lume, a relação do mundo dos vivos com o mundo dos mortos, através da história dos afetos, expressos em textos literários, jornais e epígrafes tumulares do século XIX.

Ao eleger esses suportes, buscou-se tornar visíveis as manifestações culturais e literárias, bem como o papel desempenhado pelos periódicos na circulação, divulgação e formulação de uma dada cultura. Em cada um desses meios de comunicação há uma forma de escrita, uma tradução, uma difusão e um desenho, que mantém uma relação direta com o imaginário coletivo e as representações das cidades.

Pela riqueza dos suportes selecionados, é possível transmitir convenções socialmente criadas; sentimentos e motivos de uma época; elementos componentes de uma ideologia; utopias

¹ Autora - Museóloga e Mestre em Artes Visuais pela EBA/ UFBA. Aluna Especial do Doutorado em Arquitetura da UFBA. Membro da Associação Brasileira de Estudos em Cemiteriais. cibelemm@gmail.com.



regressivas ou progressivas; mitos e idéias capazes de estimularem uma atividade social; bem como uma representação mental coletiva que retrata aspectos pontuais e exatos do cotidiano de outras épocas; os hábitos de lazer, os aspectos políticos; as questões da saúde, enfermidade e morte; além das formas como eram atendidas estas questões, o que poderá oferecer pistas dos modos de viver de uma época.

Esta pesquisa elegeu para tratar da finitude da vida, os textos literários e jornalísticos do séc. XIX, por serem porta-vozes do Iluminismo, tendo a missão de suprir a falta de escolas e livros através dos seus textos, assim como a manutenção de intensas trocas com o Norte, restante do país e a França. O caráter multidisciplinar desta pesquisa está expresso na afirmação de Robert Darnton (1990, p. 132) “o historiador de hoje precisa trabalhar com uma concepção mais ampla de literatura, que leve em conta, os homens e as mulheres que em todas as atividades tenham contato com as palavras”.

Embora seja possível perceber um padrão de escrita que se repetia em vários locais de norte a sul do país, no séc. XIX; torna-se necessário respeitar as especificidades de cada área do conhecimento, ou seja, da rede de significados em cada um dos suportes utilizados. Pesquisar sobre o universo fúnebre do séc. XIX, não é algo inédito, pois muitos autores já o fizeram, mas, partindo da literatura, dos jornais e epígrafes tumulares, talvez seja menos convencional, posto que objetiva detectar a relação dialética da vida dos homens e a maneira como eles a narram, vivem e expressam.

Os artefatos funerários, que dão suporte às epígrafes, constituem sim, um domínio excepcional para a observação e análise, pois partem da cultura material, revelam os fenômenos de dinâmica cultural, social e artística, representando um resumo simbólico, uma espécie de imagem da sociedade, onde as categorias e as distinções são mantidas.

No século XIX, a morte apareceu como “reflexo de uma sociedade, porém como um reflexo ambíguo”, pois, acontecimentos históricos anteriores contribuíram para as grandes mudanças, como a Revolução Francesa, que firmou uma nova moral baseada na sublimação do heroísmo ou pela vitória sobre a morte (VOVELLE, 1987, p.148).

Sob a influência do Iluminismo, com o seu cientificismo antimetafísico e o sonho de controle da morte, a estranheza do homem moderno frente ao definhamento do corpo foi acentuada. Essa nova atitude enfatizou o chamado “drama ontológico”, originado do choque entre o desejo de prolongamento da existência humana e a convicção da inevitabilidade do seu fim.

O fim das inumações no interior dos templos foi encarado pelos setores mais tradicionalistas como uma ameaça à memória histórica das comunidades e grupos familiares, e à crença na ressurreição final dos corpos. Essa pretensão de modificação nos lugares de enterramento trazia aos familiares dos mortos temores de que houvesse a profanação dos túmulos, uma vez que agora eles estariam longe do sagrado altar - *ad sanctos et apud ecclesiam* - fato este extremamente preocupante para os crentes, revelando o choque existente entre hábitos arraigados e as novas práticas decorrentes de modo tradicional de consagração.

Em se tratando de Brasil, a adoção de medidas sanitárias foi considerada pelo saber médico, como a maneira mais segura de prevenção e, principal forma de tratamento para as inúmeras doenças que assolavam o país. Para tanto, era fundamental que higienistas vigiassem tudo aquilo que fosse considerado por eles substâncias sujas, ou que exalasse odores. Adicionada a esta questão, estaria a idéia de higiene incorporada ao cotidiano da população e de cada



indivíduo, que deveria tornar-se um “sentinela” atento e pronto a identificar práticas e “cheiros perniciosos” que indicassem perigo.

Os argumentos dos cientistas, em 1850, não alcançavam a todos, e o costume ia vencendo. Mas a questão da salubridade, levantada pelos médicos higienistas, articulou-se de imediato aos interesses do governo, preocupado com a higiene pública, a falta de drenagem, o calçamento nas ruas, falta de regulamentação sobre o comércio de alimentos e redes de esgotamento sanitário. O que foi “um casamento perfeito entre poder público e medicina” (FREIRE, 1978, p. 260).

O poder público atuava de acordo com a emergência do momento, empenhando-se na adoção de medidas de salubridade, com fins de empreender seu projeto de urbanização; enquanto a imprensa divulgava o desenvolvimento de um saber médico empenhado na prevenção das doenças, “recomendando a implantação de medidas higiênicas rigorosas para os mais variados espaços da cidade, dentre elas, a necessidade de transferir as sepulturas para longe dos limites da ocupação urbana” (RODRIGUES, 1997, p.54).

Foi necessário um longo processo de assimilação no imaginário cultural, para ventilar, drenar, aterrar, iluminar, calçar tudo e retirar os mortos do centro. “Tudo isso serviria para eliminar os odores pútridos da cidade, para deleite de uma seleta parcela da população. Mas houve uma certa demora, para que o odor de decomposição fosse assimilado como perigo de doença” (CATROGA, 1999, p.75).

Nesse período houve um desenvolvimento crescente da dor do luto, acarretando numa volta do culto aos mortos, continuando a manifestar-se no século XIX. Estas considerações reforçam o caráter individual da morte que tem por fim o reconhecimento da perda dos próximos, que são tidos como únicos (MORIN, 1997, p. 02):

A dor provocada por uma morte só existe se a individualidade do morto estiver presente e for reconhecida, pois, quanto mais o morto for próximo, íntimo, familiar, amado ou respeitado; isto é, “único”, mais violenta é a dor, nenhuma ou quase nenhuma será a perturbação, se morre um ser anônimo que não era “insubstituível”.

Para o historiador francês Phillipe Ariès (2003) é possível perceber importantes aspectos para compreender as dificuldades de lidar com a morte nesta sociedade. A morte hoje, para ele, é vista como um assunto mórbido, interdito, e que é ocultado ao máximo. No entanto, nem sempre foi assim. Na Antiguidade a visão da morte era familiar e próxima, contrapondo-se com a atual. Era importante, diz Ariès, que os parentes, amigos e vizinhos estivessem ao lado do moribundo no momento de sua morte. O quarto do moribundo transformava-se num local público, onde se circulava livremente, inclusive as crianças. Ariès enfatiza a simplicidade com que os ritos da morte já foram aceitos e cumpridos, diferentemente daqueles do mundo atual.

Na perspectiva do sociólogo alemão Norbert Elias (2001), a dificuldade não está em apenas falar sobre a morte, isto é, no teor do que é dito sobre ela, mas sim na forma que se refere a ela. Os adultos, por exemplo, diz o autor, evitam tocar no assunto com seus filhos, pois sentem que podem transmitir a eles suas próprias angústias. No entanto, na opinião do autor, tal comportamento pode gerar efeitos traumáticos uma vez que se trata de negação de um fenômeno natural. Nesse sentido, ele advoga a importância, para as crianças, da familiaridade com o fato da morte, da finitude de suas próprias vidas e a de todos os demais.



Segundo Elias, nunca o medo da degradação do corpo, na história da humanidade, foi tão ocultado e os moribundos tão isolados. Para ele, esta aversão é fruto do temor que as pessoas manifestam pelas coisas da morte. Este temor é suficiente para separar os que envelhecem dos vivos, tornando-nos frágeis e excludentes. É fragilidade, diz Elias, “a maior responsável pelo isolamento dos que estão morrendo na nossa sociedade”.

Para o filósofo francês Edgar Morin (1997), é nas atitudes e crenças diante da morte que o homem exprime o que a vida humana tem de mais fundamental. A sociedade funciona organizada pela morte, ao mesmo tempo em que luta contra ela. Segundo este autor, a existência da cultura só tem sentido porque as antigas gerações morrem e é necessário transmiti-la às novas gerações. Para a espécie humana, a morte se faz acompanhar de ritos funerários, sendo a única a crer na sobrevivência ou no renascimento dos mortos, o que faz da morte um dos traços mais culturais da espécie.

Morin chama a atenção para o fato de que a consciência da morte não é algo inato e sim resultado de uma consciência que capta o real, isto é, é só por experiência que o ser humano sabe que irá morrer um dia. A morte humana, segundo ele, é um conhecimento do indivíduo que vem sempre do exterior, isto é, é um conhecimento aprendido, o que favorece uma atitude surpresa diante de cada fim de uma vida.

Nesta perspectiva da morte como algo aprendido, ressalta que as pessoas cada vez mais dão à morte um sentido ocasional (doenças, infecções, acidentes) para este fenômeno, o que revela uma tendência grupal de não reconhecer a dimensão necessária que a morte apresenta como necessidade para a continuação da espécie. É nesta perspectiva que o autor defende a importância de se trabalhar o tema da morte, no intuito de formar cidadãos mais críticos e pensadores dos problemas sociais no planeta e que saibam articular diferentes culturas.

Na visão de Maria Júlia Kovács (1992), professora de Psicologia e pesquisadora da USP, que realiza estudos sobre a morte como tema educacional para crianças e jovens, o conhecimento da morte aparece desde a mais tenra infância. Para a autora, engana-se quem acredita que a morte só é um problema no final da vida, e que só então deverá pensar nela. Pode-se, é claro, tentar esquecer, ignorar ou mesmo fingir que a morte não existe, mas tal comportamento é problemático, diz a autora, porque toda experiência de morte que se adquire é fundamental para as nossas vidas.

Para Kovács, as pessoas trazem dentro de si sua própria representação de morte e, cada experiência mostra que o medo é a responsável psicológica mais comum diante da morte. Nenhum ser humano está livre do medo da morte e todos os demais medos existentes estão de alguma forma, relacionados a ele.

Constituem objetivos desta investigação, identificar as atitudes, práticas e representações fúnebres do séc. XIX, na Cidade do Salvador, utilizando como suportes: a literatura, os jornais e as epígrafes tumulares; analisar as manifestações culturais e literárias do séc. XIX, como reproduções do imaginário coletivo; distinguir nos textos jornalísticos atitudes e práticas referentes a finitude da vida, como formas de apoio e/ou resistência às Leis do Poder Público no séc. XIX; verificar nos textos literários a influência e manutenção dos rituais de morte pós-mudanças dos costumes pelas leis; examinar as formas de representação nas notas de falecimento e necrológios descrever e analisar as epígrafes tumulares localizadas nos cemitérios de Salvador-Ba; que expressem o medo das epidemias do séc. XIX; organizar um Banco de Dados para o registro das informações obtidas, facilitando a realização de pesquisas posteriores.



Esta pesquisa é definida como descritiva, por preocupar-se com as variadas formas de apresentação do fenômeno da finitude da vida, expresso através dos textos literários, jornalísticos e tumulares do séc. XIX, na Cidade de Salvador-Ba.

A abrangência espaço-temporal para esta pesquisa foi estabelecida em (1801 – 1900). Período considerado como o século das epidemias e cenário dos ideais de higienização e urbanização, provenientes da Europa, influenciados pelo Iluminismo; idéias essas, que incidiram diretamente nas práticas de sepultamentos em todo o Brasil. Os argumentos dos cientistas nem sempre alcançava a todos, fazendo com que os costumes e tradições fossem vencendo.

A questão da salubridade levantada pelos médicos higienistas articulou-se de imediato aos interesses do governo, preocupado com a higiene pública, com a falta de drenagem, o calçamento nas ruas, a falta de regulamentação sobre o comércio de alimentos e redes de esgotamento sanitário; juntamente com as Epidemias de Febre Amarela, Varíola e Cólera, ceifando muitas vidas, nas capitais e interiores do Brasil. Neste caso, “foi um casamento perfeito entre poder público e a medicina, fazendo com que os costumes e tradições sobre a finitude da vida, fossem vencidos pela Lei” (FREIRE, 1978, p. 260). Os cemitérios, a partir desse momento, são coercitivamente instituídos.

O interesse por esse período de estudo, adveio da constatação de que a mudança dos locais de sepultamentos interferiu nas práticas e representações fúnebres, como também no estabelecimento das novas relações, confrontos e soluções histórico-sociais, incidindo diretamente na produção literária, jornalística e tumular; traduzindo materialmente aspectos da sociedade, elementos de considerável relevância para o entendimento da mentalidade desta época na Cidade do Salvador-Ba.

Para esta pesquisa a abordagem teórica utilizada foi a qualitativa, por ser rica em contextos e enfatizar as interações. Enquanto que das técnicas de análise, as indutivas foram selecionadas por serem orientadas pelo processo e os seus resultados não serem generalizáveis. Para o seu desenvolvimento foram trabalhadas fontes, tanto manuscritas quanto impressas, privilegiando a pesquisa documental, realizada em arquivos municipais, estaduais e particulares da Cidade do Salvador-Ba. Tendo sido considerados documentos por excelência: os textos literários, jornalísticos e tumulares, compreendidos como fontes primárias.

Foram utilizados os seguintes métodos de abordagem: Análise-síntese, predominante em todas as etapas do trabalho; Histórico, para entender as relações entre os indivíduos da sociedade e a situação religiosa que se instalou, ou se transformou. Somando-se a esses, o método Iconográfico, que, por ser capaz de identificar convenções criadas, sentimentos, mitos, motivos e elementos componentes de uma ideologia; uma espécie de representação mental coletiva retratando aspectos pontuais do cotidiano, permitindo identificar e definir as unidades e / ou objetos que são construídos ou representados.

O método iconográfico foi associado à pesquisa, devido à necessidade de análise dos textos tumulares, posto que pertencem à cultura material, compreendendo representações da sociedade e, estando expressos em suportes não convencionais, as epígrafes tumulares.

Panofsky (1979, p. 50), em seu livro “Significado nas Artes Visuais”, propõe que a análise de um objeto visual seja feita seguindo alguns passos, quais sejam: a descrição pré-iconográfica (e análise pseudoformal); a análise iconográfica, no sentido mais estrito da palavra; e a interpretação iconológica, em sentido mais profundo.



Na opinião do historiador francês Jacques Le Goff (1994) enquanto conhecimento do passado, a história não teria sido possível se este não tivesse deixado traços, monumentos, suportes da memória coletiva, cuja característica principal, é de ser um elo com a perpetuação de sociedades históricas, que, tidos como fontes visuais, e encarados como documentos, devem ser pensados como objetos criados com intencionalidade, para agir como a reprodução de uma época e representar a visão do seu autor.

Esse tipo de fonte oferece um estudo das sociedades, permitindo indagar, a concepção do cotidiano, o imaginário coletivo, as formas como estas sociedades concebiam o seu cotidiano, porque a história das idéias e das imagens é uma nova corrente, ou, possibilidade de análise da obra de arte, em que o fazer artístico é uma elaboração no imaginário individual e coletivo. Dessa forma, uma representação não pode ser separada do seu fim e das exigências da sociedade.

Chartier (1990, p. 17) propõe que se faça uma história cultural através da análise de objetos que traduzam as posições e interesses da parcela da sociedade que os forjam. Tendo em vista essa definição, pode-se perceber que a história cultural permite perfeitamente a utilização de imagens como fontes históricas. Porém, para que o historiador realize este tipo de análise do passado sem cometer os pecados que cercam quem utiliza representações imagéticas como fonte histórica, é necessário que ele se apóie numa metodologia de trabalho.

A pesquisa foi desenvolvida através das seguintes etapas: Pesquisa Documental: realizada em dois momentos – 1: fontes primárias – textos literários, jornalísticos e tumulares. 2: fontes escritas secundárias; uso de fontes médicas, de relatos dos memorialistas, da documentação de viajantes e de cronistas que fizeram registro sobre a Cidade do Salvador-Ba; resoluções do Poder Executivo ao nível da municipalidade e do Império, testamentos, registros paroquiais de óbitos (coletados por amostragem, organizados em séries e suas informações serão contabilizadas e processadas); livros de sepultamentos, Atas e Ofícios; documentos da alfândega; plantas de túmulos, periódicos, recibos, etc.

A pesquisa Bibliográfica analisou os sentidos contidos nos discursos dos teóricos mais adequados ao tratamento dessa série documental. De modo especial foi trabalhado Roger Chartier devido o estudo das práticas, valores e representações que constituem o campo da cultura, campo expressivo para que se percebesse as atitudes diante da morte e do morrer. Para ele, a noção de representação social possibilita o conhecimento dos processos históricos das lutas que organizam e dão sentido ao seu mundo social. Também foram trabalhados: Michel Vovelle, Phillipe Áries, Maria Elízia Borges, etc.

A documentação Fotográfica registrou textos manuscritos, impressos e imagens das epígrafes tumulares. Enquanto o levantamento Iconográfico foi realizado através de: descrição, e preenchimento de Fichas de Classificação e Documentação, e, realização de Inventário das epígrafes tumulares identificadas. O método Iconográfico, enquanto método de pesquisa verificou o que estava por trás dos conteúdos, ou, sublinearmente descrito, indo além das aparências. Dessa forma, a Análise Iconográfica identificou o que estava além da representação figurada, desvelando motivos e sentimentos, chegando a um significado profundo, não aparente, ligado a valores de uma dada sociedade ou época, e que estão implícitos à obra.

Mas, para desvelar certos significados, foi necessário recorrer a ligações temporais e espaciais; às tendências da mente humana; à observação e interpretações que envolvem o imaginário social; à associação com a Literatura e com a História, com mitos e lendas, sem dispensar uma descrição formal e técnica da obra e, principalmente, uma observação acurada e



sensível da mesma. Para a realização da análise iconográfica PÉREZ ET AL (1997), SILES (1999), HIRATA (2003) indicam a observância de três momentos:

Descrição pré-iconográfica, que compreende o momento da captação do sentido do fenômeno, quando se penetra no mundo dos motivos artísticos, considerado o mundo das formas puras. Neste momento pode-se observar e examinar formalmente a obra de arte (se pintura, escultura, foto ou medalha, etc), e tudo o mais que lhe seja análogo. Em caso de pintura, com atenção ao gênero - se aquarela, afresco, têmpera, óleo, estilo, perspectiva, luz e cor. No caso de escultura, se de caráter militar, civil ou religioso, material empregado, etc. Identifica-se o autor, finalidade da obra, sua localização temporal e espacial, outras obras do autor e o movimento a que a obra pertence.

A análise iconográfica permitiu ver o motivo da obra como portadora de um significado secundário ou convencional. O mundo da imaginação do artista, formado por histórias e alegorias, com identificação correta dos motivos e garimpagem de diferentes condições históricas, da familiaridade com as fontes, juntando bagagem para a interpretação. Momento este, de desvelamento e captação do significado intrínseco e essencial da obra, o qual comporta valores simbólicos, tradutor de representações sociais, subjacentes aos fenômenos e aos significados.

No presente momento, são realizadas interpretações, aferições e decupagem dos documentos, que sob certos aspectos, testemunharam a finitude da morte no século XIX; bem como a confecção de tabela descritiva, como forma de registrar os diferentes tipos de suportes utilizados nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Phillipe (2003): **A história da morte no ocidente**. Rio de Janeiro, RJ, Ediouro.

AUERBACH, E. **Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BARBOSA, Socorro de Fátima P. **Literatura e periódicos no século XIX: perspectivas históricas e teóricas**. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

_____. **Leitores e livros nos jornais paraibanos: uma história de leituras**.

www.cchla.ufpb.br/leituranapb/estudos

BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. São Paulo: Hucitec/Unesp, 1988.

_____. **A história cultural. Entre práticas e representações**. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel: Rio de Janeiro: Bertrand. 1990.



BORGES, Maria Elizia. **Arte Funerária no Brasil (1890–1930): ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto. Funerary Art in Brazil (1890-1930): Italian Marble Carver Craft.** In: Ribeirão Preto. Belo Horizonte: Editora C/ Arte, 2002.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história. Novas perspectivas.** 2ªed. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira. Momentos decisivos.** 5ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

CATROGA, F. **O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos.** Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999.

CAVALLO, Guglielmo e CHARTIER, Roger. **História da leitura no mundo ocidental.** São Paulo: Ática, 1998. 2v.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

_____. "Crítica textual e história cultural: o texto e a voz, séculos XVI-XVII. In Revista Semestral da Associação de Leitura do Brasil. Campinas; São Paulo, nº 30, dez 1997.

_____. **A história cultural. Entre práticas e representações.** Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand. 1990.

_____. **A ordem dos livros.** 2.ed. Brasília: Ed.Unb, 2001.

COUTINHO, Afrânio. **Introdução à Literatura no Brasil.** Rio de Janeiro, Bertrand, 1988.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette. Mídia, Cultura e Revolução.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ELIAS, Norbert (2001): **A solidão dos moribundos.** Rio de Janeiro, RJ, Jorge Zahar Editora.

FABRIS, Anna Tereza. **Fragmentos urbanos, representações culturais.** São Paulo: Studio Nobel, 2000.

FRAISSE, Emmanuel, POMPOUGNAC, Jean-Claude, POULAIN, Martine. **Representações e imagens da leitura.** Tradução: Osvaldo Biato; ver. Téc. Maria Thereza Fraga Rocco. São Paulo: Ática, 1997.

GAÜZÈRE, Mireille, apud CARVALHO, Marta Maria Chagas & NUNES, Clarice. **Historiografia da Educação e fontes.** Porto Alegre: Cadernos AANPED, nº 5, s/d, p. 45.

FREIRE, J. *Ordem médica e norma familiar.* Rio de Janeiro: Graal, 1978.



GINSBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais. Morfologia e história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural.** São Paulo: Martins Fontes, 2001, (Coleção O homem e a história).

KOURY, M. G. P. (Org.). **Imagem e memória: ensaios de antropologia visual.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

KOVÁCS, Maria Julia (1992): **Morte e desenvolvimento humano.** São Paulo, SP, Casa do Psicólogo.

LEAL, José. **A imprensa na Paraíba.** João Pessoa: A União, s/d.

LEFÈVRE, Fernando, e LEFÈVRE, A. M. (2003): **O discurso do sujeito coletivo. Uma nova opção em pesquisa qualitativa.** Caxias do Sul, Educs.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** São Paulo: Ed. Unicamp, 1994.

LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (Orgs.) **História: novas abordagens.** Trad. Henrique Mesquita. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
_____. **A história nova.** Trad. Eduardo Brandão. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
_____. **História: novos objetos.** Trad. Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MATTOSO CÂMARA, V. "A Língua Literária". In: COUTINHO, Afrânio (dir.). *A Literatura no Brasil.* Rio de Janeiro, Editorial Sul-Americana, 1968, Vol. I, p. 63-70; e CIDADE, Hernani. *O Conceito de Poesia Como Expressão da Cultura.* São Paulo, Livraria Acadêmica, 1946.

MORIN, Edgar (1997): **O homem e a morte.** Rio de Janeiro, RJ, Imago.

MOSCOVICI, Serge (2001): "Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história", in JODELET, Dense: *As representações sociais.* Rio de Janeiro, RJ, Uerj.

NORA, P. **Les lieux de la mémoire 1.** Paris: Seuil, 1978.

OLIVEIRA, J. H. Barros de. **Viver a morte. Abordagem antropológica.** Coimbra: Livraria Almedina, 1998.

PANOFSKY, Erwin. **Significado das artes visuais.** São Paulo: Perspectiva, 1979.

REIS, João José. **A Morte é uma Festa. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.** São Paulo: Cia das Letras, 1998.



XII SEMOC SEMANA DE
MOBILIZAÇÃO
CIENTÍFICA
SEGURANÇA: A PAZ É FRUTO DA JUSTIÇA



RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos. Tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1997.

ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira.** 7.ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1980. V.2. SILVA, Sérgio Roberto Rocha da; SABALLA, Viviane Adriana. *Pelotas: A arte imortalizada.* Pelotas. Ed. da UFPel, 1998.

UZEDA, Jorge de Almeida. **A morte vigiada: a cidade do Salvador e a prática da medicina urbana (1890–1930).** Dissertação de Mestrado, Salvador: UFBA, 1989.

SALES, Germana Maria Araújo. “**Ao pé da página. Circulação de leitura em jornais do século XIX**”. In *X CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIC. Anais eletrônico.* 2006.

SANTOS, Idelete Muzart Fonseca dos. **Dicionário literário da Paraíba.** João Pessoa: A União, 1994.

VALLADARES, C. do Prado. **Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros.** Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura – Departamento de Imprensa Nacional. 1972.

_____. **Os Riscadores de Milagres,** *Rio de Janeiro:* Secretaria de Educação do Estado da Bahia, 1967.

VERÍSSIMO, José. **Que é Literatura? e Outros Escriptos.** Rio de Janeiro, Garnier, 1907.